

Maquiavel leitor de Políbio: os povos

*Fernanda Elias Zaccarelli Salgueiro*¹

Resumo: A primeira parte do artigo trata das discussões sobre a possibilidade de leitura de Políbio por parte de Maquiavel. Na segunda, aponta-se o limite epistemológico exposto pela teoria política do historiador grego, que coloca as causas externas de corrupção da cidade no lugar de ininteligível. Assinala-se, ainda, a centralidade da ideia de equilíbrio e concórdia entre as partes da cidade. Na última seção, indica-se como Maquiavel insere as relações internacionais na equação política da cidade, ponto em que entra em discussão a dinâmica do povo.

Palavra-chave: Maquiavel – Políbio – Povos

Machiavelli reader of Polybius: the peoples

Abstract: The first part of the article deals with the discussions about the possibility for Machiavelli's reading of Polybius. In the second, the epistemological limit exposed by the political theory of the Greek historian is pointed out, which places the external causes of corruption in the city in the place of unintelligible. Furthermore, the centrality of the idea of balance and harmony between the parts of the city is highlighted. In the last section, it is indicated how Machiavelli inserts international relations in the political equation of the city, a point at which the dynamics of the people comes into discussion.

Keywords: Machiavelli – Polybius – Peoples

¹ Doutoranda em Ética e Filosofia Política pelo Departamento de Filosofia da FFLCH-USP, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria das Graças de Souza. Bolsista da CAPES. E-mail para contato: fernanda.salgueiro@usp.br.

Maquiavel leitor de Políbio

Na famosa carta de 10 de dezembro de 1513, endereçada a Francesco Vettori, Nicolau Maquiavel conta que, chegada a noite, despia-se das suas vestes e das questões cotidianas para se entregar, por horas, ao deleite das conversas com os antigos, indagando-lhes os motivos de suas ações². Essas conversas se davam em toscano e, sobretudo, em latim, dados os parcos conhecimentos de Maquiavel da língua grega.

Naquela época, o ensino do grego estava reservado tão-somente aos filhos das famílias mais nobres, o que não era o caso dos Machiavelli, oriundos do *popolo grasso*³. Já o latim, entre os séculos XV e XVI, fora promovido em quase todas as cidades da Itália, na sequência dos estudos de leitura, escrita e cálculo.⁴ Mais que uma língua, o latim se compreendia como o vivo guardião da sabedoria dos sábios do passado, que deviam ser emulados por quem desejasse o desenvolvimento e o aprimoramento das virtudes. Era também a via de aprendizado com os homens cultos do presente, ainda que distantes, na qual se elaborava a experiência do humano.⁵

Na fermentação do Renascimento, as cidades italianas do século XV propagaram obras antigas, descobriram tesouros esquecidos e participaram do processo de intensificação da formação de bibliotecas, acompanhado pela multiplicação, em especial em Florença, das traduções do mundo grego antigo (e, em menor medida, do hebraico e do árabe) para o latim e o toscano.⁶ É nesse contexto de reencontro com a Antiguidade que Leonardo Bruni, catalisador de temas e autores do humanismo italiano, verteria à língua do Lácio passagens inteiras das *Histórias* de Políbio (c. 203-120 a.C.) nos seus *Commentaria Tria de Primo Bello Punico*, de 1418-9, a ponto de sua obra ter sido interpretada por Hans Baron como mera adaptação daquela⁷. Se esta tese de 1920 tem sido contestada por estudiosos das últimas décadas por exageros e omissões⁸, é inegável que tenha tido um pressuposto correto: o da importância do historiador grego para os trabalhos historiográficos, filosóficos e literários do Renascimento italiano, importância de que a obra de Bruni se mostra causa e espelho.

Os *Commentaria* de Bruni foram de grande serventia a Niccolò Perotti que, cerca de trinta anos depois, haveria de se desincumbir da tarefa que lhe fora dada pelo papa Nicolau V – a de transpor ao latim os cinco primeiros livros das *Histórias*. As várias edições que esta tradução experimentou, desde sua conclusão, em 1452-3, atestam sua significativa difusão pela Itália⁹. Além destas publicações mais conhecidas, sabe-se que autores do período frequentaram as reflexões do nobre de Megalópolis e as disseminaram oralmente, por glosas ou cópias privadas, que transitaram nos círculos de eruditos helenistas e da elite política

² MACHIAVELLI, “Lettera 216” (Firenze, 10 dicembre 1513), *Tutte le opere*, pp. 2873-7.

³ Cf. GAILLE-NIKODIMOV, *Maquiavel*, p. 30. Na carta de Maquiavel a Francesco Vettori de 18 de março de 1513, nosso autor afirma sua origem não-nobre, em tom sentimental: “quando e’ non paia, io mi viverò come io ci venni, che nacqui povero, et imparai prima a stentare che a godere” (MACHIAVELLI, “Lettera 198”, p. 2808).

⁴ Cf. BURCKHARDT, *O Renascimento Italiano*, p. 163.

⁵ CARDOSO, “Sobre a civilização do Renascimento”, pp. 24-26; BURCKHARDT, *O Renascimento Italiano*, p. 188; POCKOCK, *The Machiavellian Moment*, pp. 61 e ss.

⁶ Cf. BURCKHARDT, *O Renascimento Italiano*, pp. 149 e ss.

⁷ Cf. BARON, *The Crisis of the Early Italian Renaissance*, p. 355.

⁸ Cf. IANZITI, “Between Livy and Polybius: Leonardo Bruni on the First Punic War”, 2006.

⁹ As publicações da versão de Perotti ocorreram em Roma, em 1472 e 1473; em Bréscia em 1488; em Veneza em 1498, 1512 e 1520; e em Florença em 1522 (Cf. GARIN, “Machiavelli e Polibio”, p. 357-8).

florentina¹⁰. Assim, é muito provável que, mesmo sem conhecer grego, Maquiavel tivesse tido acesso, já na juventude, aos livros I a V das *Histórias*¹¹. O que ainda hoje constitui objeto de controvérsia é a circulação, em Florença, da tradução latina do livro VI, dedicado ao estudo da constituição romana. Embora o texto tenha inequivocamente influenciado passagens dos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* e da *Arte da Guerra*, sua versão latina só veio a ser publicada em 1549, vinte e dois anos depois da morte de Maquiavel.

A questão do acesso do florentino ao livro VI de Políbio foi suscitada, inicialmente, como parte do debate relativo à datação, composição e estruturação dos *Discursos*, promovido pela edição crítica de Leslie J. Walker de 1950, bem como pelo seminal estudo de Felix Gilbert de 1953.¹² Valendo-se de elementos circunstanciais, filosóficos e históricos, J. H. Hexter esposou a tese, conciliável com os achados de Gilbert (como demonstrou Hans Baron¹³), segundo a qual Maquiavel teria tido acesso à tradução latina do livro VI realizada pelo estudioso grego Janus Lascaris e disponibilizada aos jovens dos *Orti Oricellari* em alguma de suas visitas a Florença entre 1515 e 1517.¹⁴ Esta teoria foi duramente criticada por J. H. Whitfield, em 1958, por portar um traço conjectural – Hexter reconhece não haver provas diretas de um encontro entre Maquiavel e Lascaris e promete analisar dois fragmentos latinos oriundos da Biblioteca Apostólica Vaticana em trabalho que não é realizado. Por outro lado, Whitfield lembrou da circulação de outras versões do livro VI: os manuscritos encontrados na biblioteca dos Médici, os do catálogo de A. M. Bandini (com um registro datado de 1417, anterior aos *Commentaria*), e a versão presente em Pietro Crinito em *De honesta disciplina*, impressa por Phillippus Giunta, em Florença, no ano de 1504.¹⁵

Esta segunda linha argumentativa teve um reforço importante no começo dos anos 1970. Em 1974, Arnaldo Momigliano retomou a descoberta feita logo antes por Carlo Dionisotti de que Bernardo Rucellai menciona o livro VI no seu *Liber de urbe Roma*, e o faz justamente no trecho que é transcrito por Pietro Crinito na dita obra de 1504.¹⁶ Ocorre que, em anos mais recentes, a antiga tese de Hexter ganhou novo fôlego com quatro argumentos mobilizados por John Monfasani: de que, como apontado por Luciano Canfora, o achado de Dionisotti pode ter apenas adiantado a tradução de Lascaris em cerca de dez anos; de que Lascaris é o elo faltante entre *La vita di Castruccio Castracani* (1520), de Maquiavel, e uma fonte grega ali utilizada, os livros XIX e XX da *Bibliotheca Historica* de Diodorus Siculus, que Lascaris comprovadamente traduziu ao latim em 1511; de que a única outra versão latina do livro VI à época, feita por Zéfiro, não contém a seção militar que Maquiavel utiliza e que está presente em Lascaris; e de que a comparação filológica dos manuscritos disponíveis comprova que Maquiavel utilizou o de Lascaris¹⁷. Talvez a contenda não tenha chegado a termo até os dias

¹⁰ John Moore fez um estudo exaustivo sobre os manuscritos disponíveis de Políbio (Cf. MOORE, *The Manuscript Tradition of Polybius*, Cambridge University Press, 1965). Não tive acesso a esta obra.

¹¹ VIVANTI, *Niccolau Maquiavel: nos tempos da política*, p. 22; GAILLE-NIKODIMOV, *Maquiavel*, pp. 30-31.

¹² Cf. MACHIAVELLI, *The Discourses of Niccolò Machiavelli*, by Leslie J. Walker, 2 vol., Yale University Press, 1950; GILBERT, “The Composition and Structure of Machiavelli's *Discorsi*”, 1953.

¹³ Cf. BARON, “The Principe and the puzzle of the date of the *Discorsi*”, 1956.

¹⁴ Cf. HEXTER, “Seyssel, Machiavelli, and Polybius VI: the Mystery of the Missing Translation”, 1956. Segundo Frank Walbank, a obra de John Moore (cf. nota 10) confirma a existência de um manuscrito (“F”) do século XVI, encontrado na Biblioteca Medicea Laurenziana, gêmeo da *editio princeps*, que contém excertos dos livros VI a XVIII (WALBANK, “The Manuscripts of Polybius”, p. 152).

¹⁵ Cf. WHITFIELD, “Discourses on Machiavelli VII Gilbert, Hexter and Baron”, p. 36.

¹⁶ Cf. MOMIGLIANO, “Polybius' reappearance in Western Europe”, p. 360-1.

¹⁷ Cf. MONFASANI, “Machiavelli, Polybius, and Janus Lascaris: the Hexter Thesis Revisited”, 2016.

de hoje, mas, sem dúvida, tem apontado diversos caminhos que repisam a legibilidade do livro VI de Políbio por nosso autor e por outros intelectuais.

O interesse dos humanistas cívicos pela obra se deu em um momento em que o sentido da história e a responsabilidade pelos eventos particulares que ela apresentava pareciam descarregar cada vez mais seu peso sobre os ombros dos homens. Tanto a doutrina agostiniana da salvação, que propunha uma separação radical entre a eternidade e o tempo secular, quanto as narrativas apocalípticas que submeteram os acontecimentos da dimensão profana a uma ordem escatológica extra-histórica (cujo alcance só se podia vislumbrar nas frestas dos signos de realização das profecias) enfraqueceram-se com a cisão entre natureza e política em curso no Baixo Medievo.¹⁸ No bojo deste processo de secularização, a cidade pareceu assumir uma relação de independência com seu inescrutável destino sagrado, restando entregue à pura ação do tempo, dimensão da instabilidade e da finitude.

A releitura da teoria de Políbio dirimiu inseguranças resultantes desta nova cosmovisão, ao permitir a apreensão da lógica de uma realidade que agora apresentava significados imanentes à própria ordem dos eventos. O pensador grego conferiu um fundamento teórico e pragmático, como suas *Histórias* sustentam¹⁹, que demonstrou e justificou a recorrência de fatos históricos. Ao fazê-lo, assegurou uma leitura compreensiva dos acontecimentos contingentes do passado e do presente, bem como a previsibilidade dos fatos futuros a partir do conhecimento de tais repetições cíclicas.

O livro VI das *Histórias*, em especial, exerceu forte fascínio sobre a elite intelectual e eclesiástica de Florença, como também, por motivos distintos, sobre os jovens leitores republicanos, à medida que forneceu uma chave de interpretação não apenas da grandeza de Roma ou de sua decadência, mas dos ciclos de todas as repúblicas. Compreender o pensamento de Políbio significava visualizar as causas da fragilidade de outras cidades, apreendendo seus pontos de inflexão, para poder decifrar os dilemas do próprio tempo.²⁰ Se, um século antes da postulação de Cícero em *De oratore*, a história já se mostrava mestra da vida para o autor grego, seu caráter pedagógico a tornava uma aliada indispensável para direcionar a ação humana com vistas à conservação ou à transformação das instituições políticas e à organização da vida social.²¹ O conhecimento do passado “não apenas [era] belo, mas, principalmente, necessário”²².

Maquiavel não passou incólume a tamanho apelo do historiador grego entre os humanistas e isso se nota pelas marcas que deixou impressas nos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* e na *Arte da Guerra*. Políbio pareceu guiar o ex-secretário quando este assumiu o caráter heurístico da história, nela ressaltando a *veritas* e a *utilitas* da emulação do passado para agir no presente com vistas ao futuro (não se limitando, portanto, às ações *ammirate*, voltadas ao *piacere*); valeu-se de metáforas náuticas e médicas para interpretar e descrever um corpo político vulnerável; fez o elogio da grandeza romana; comparou as

¹⁸ Cf. POCOCK, *The Machiavellian Moment*, caps. 2 e 3 da parte I.

¹⁹ Cf. POLÍBIO, *História pragmática*, livro I, 1.8, p. 48. As citações dos livros I a V são oriundas desta tradução de Breno B. Sebastiani, doravante identificada como *Histórias*. Já os livros VI a IX se reportam à versão francesa de Raymond Weil, da Belles Lettres, *Histoires* (com nossas traduções). Ambas as obras partem do texto grego estabelecido por Büttner-Wobst, que permanece sendo a melhor referência (WALBANK, “The Manuscripts of Polybius”, p. 152-3).

²⁰ Cf. BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 31.

²¹ Cf. POLÍBIO, *Histórias*, I, 1-2, p. 47; I, 35, 1-8, p. 81-2, por exp.

²² POLÍBIO, *Histórias*, III, 31, 4-12, p. 222-3; III, 57, 9, p. 246. POLYBE, *Histoires*, IX, I, p. 124-5. Maquiavel procurará unir o prazer à utilidade do saber histórico, destacando-a no proêmio dos *Discursos*.

constituições de Esparta e Roma, bem como o processo de fundação de cada uma; advogou que a necessidade engendra a virtude e esta se manifesta em face das mudanças da fortuna; considerou a importância, para a vida civil romana, da religião, dos costumes, dos julgamentos públicos, da disciplina de guerra e dos ritos de glorificação de cidadãos que se sacrificaram pela pátria; defendeu a cidadania militar, rejeitando soluções bélicas que passavam pelo emprego de tropas mercenárias, como era o costume em Florença; e atribuiu um papel relevante ao povo na dinâmica da cidade. Tudo isso salta aos olhos e parece construir a figura do Maquiavel herdeiro da tradição polibiana.

Contudo, vislumbra-se no florentino uma dupla imagem, já que também nele se identifica o pensador que, ao parecer seguir estes passos do passado, desloca-o em um gesto original. Maquiavel assume apenas parcialmente as teses de Políbio, para tão logo se distanciar do historiador grego em aspectos fundamentais do seu pensamento acerca da dinâmica da cidade e da própria história dos povos. Alguns desses pontos de afastamento serão indicados neste artigo.²³

Continentes desconhecidos

Em diversas ocasiões do livro VI das *Histórias*, Políbio constrói analogias entre os corpos políticos (as cidades) e os biológicos. O traço de similitude mais evidente está em que ambos nascem, crescem e decaem. Já o elemento menos notório é o de que, após a morte, tais organismos renascem e reiniciam o ciclo do seu “ponto zero”, refazendo-o na mesma ordem, etapa por etapa, ainda uma vez.

Este processo, identificado como anaciclose, conta com uma espécie de “estado de natureza” em que os homens se encontram dispersos, para só depois se unirem em torno de um líder que, destacando-se dos demais homens pela superioridade da sua força e pela capacidade de dominação pelo medo, institui uma monarquia. À medida que, pela conjunção de afetos despertados por certas experiências comuns, bem como do exercício da razão, os muitos desenvolvem um senso de gratidão, tem origem a noção de justiça. Uma das suas implicações mais imediatas se dá no consentimento para com o governante que age (e afirma que vai continuar a agir) em prol do interesse de todos. Tal consentimento lhe confere legitimidade e transforma a monarquia em realeza. Ao decair em tirania, o governo é combatido pelos *aristoi*, homens excelentes que se mobilizam em defesa do bem comum. Seus descendentes, esquecidos das lições aprendidas pelos antepassados, abusam do poder e o convertem em uma oligarquia. Sem confiar em nenhuma das autoridades que viu lhe trair, o povo assume, ele mesmo, o comando da cidade. Porém, corrompido pelas ofertas dos homens mais ricos, vende-se e, ao fazê-lo, transmuta a democracia em queirocracia, o governo dos piores, que coloca termo a toda a civilização.²⁴

Tem-se aí o espectro de uma dinâmica natural da passagem do tempo que implica no eterno retorno deste conjunto cerrado de eventos que demarcam o início e o fim da

²³ Sobre a “dupla imagem” de Maquiavel, cf. BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 78. A respeito da originalidade do autor quanto às formas tradicionais do regime misto e à compreensão dos conflitos civis, cf. CARDOSO, “Maquiavel: o distanciamento dos paradigmas antigos do regime misto”, p. 61-76; e CARDOSO, “Em direção ao núcleo da ‘obra Maquiavel’: sobre a divisão civil e suas interpretações”, pp. 207-248.

²⁴ Cf. CARDOSO, “A matriz romana”, *Matrizes do republicanismo*, 2013, pp. 13-50 e NICOLET, “Polybe et les institutions romaines”, *Polybe*, pp. 209-258.

civilização, em cujo interior se encontra a oscilação de regimes políticos ascendentes (retos) e decadentes (viciosos). É como um ciclo de vida, cujo início dispara um conjunto de estados ora saudáveis, outrora enfermos, que culmina no fim. A metáfora do corpo vivo importa, portanto, para prevenir do engano a menor pretensão de eternidade de qualquer destas formas políticas isoladas (estados de vida transitórios). A corrupção constitui um mal congênito de todas elas (mesmo as retas) que, assim, exsurtem no horizonte da própria finitude.²⁵

Mas no terreno da duração em que se encontram, apresentam-se cenários bastante díspares para a vida das cidades. Políbio defende o prolongamento desta vida por meio da adoção de uma composição dos elementos das três boas formas (realeza, aristocracia e democracia) em uma constituição compósita, um regime misto. A distribuição de tarefas entre elas, de modo a torná-las integradas e dependentes umas das outras, perfaz o centro do projeto constitucional baseado na colaboração das partes que compõem a cidade em prol da manutenção do equilíbrio de poderes entre elas. Ao criar mecanismos institucionais para impedir a ocorrência de conflitos civis, que ele entende que são sempre prejudiciais, e manter a coesão entre os cidadãos, Políbio almeja retardar os efeitos corruptores do tempo, retardamento que em nenhuma hipótese significa interrupção ou cancelamento.²⁶

A teoria de Políbio contém dois elementos valiosos, que decorrem da sua compreensão da história: a previsibilidade, oriunda da compreensão da lógica de repetição de fenômenos finitos do passado; e a aplicabilidade universal, virtualmente válida para todos os povos. Mas o maior alcance de suas lições depende do atendimento de uma condição fundamental, nem previsível, nem universal – o da conservação da cidade, desde sua origem, na autodeterminação e independência quanto às demais. Trata-se do que o historiador grego por vezes assinala como sendo o desenvolvimento “conforme a natureza” (κατὰ φύσιν). A teoria tem em vista, portanto, a trajetória de um povo que jamais viu a sombra da cobiça dos povos vizinhos se alongar sobre a soleira de sua porta.

Este recorte integra o “método da história pragmática” (πραγματικῆς ιστορίας τρόπος) sobre fatos e acontecimentos contemporâneos que se renovam constantemente e, por isso, exigem sempre análises inéditas, baseadas em testemunhos diretos, a fim de construir uma “história verdadeira” (ἀληθοῦς ιστορίας), bela e útil para o intérprete e ator político do seu tempo.²⁷ A escolha deste gênero historiográfico se justifica uma vez que os dois outros existentes – o “genealógico”, do interesse de amantes das letras, e o “mítico” (“o que concerne às emigrações, fundações e vínculos de parentesco entre os povos”), querido por diletantes – abrangem fatos e épocas distantes, que já foram discutidos exaustivamente por outros autores.²⁸ Tratar destes temas seria tomar como seu o que não lhe pertence ou se

²⁵ Cf. POLYBE, *Histoires*, VI, 10, 2-4.

²⁶ As dissensões entre cidadãos da democracia de Atenas, por exemplo, formam um “espetáculo vergonhoso” (VI, 44, 4-6). Já com a distribuição de competências “o regime ficaria por muito tempo equilibrado por um jogo de contrapesos, segundo o princípio, aplicado em toda circunstância, da compensação” (Cf. POLYBE, *Histoires*, VI, 10, 7). A incompletude do livro VI produz lacunas significativas no detalhamento da corrupção dos regimes mistos. A partir do que restou da obra, defendemos que nestes regimes há um rodízio das atribuições públicas entre os representantes das boas formas, em ordem semelhante à da anaclose. Desse modo, os regimes mistos não suspendem inteiramente a ação do tempo e mantêm uma forma de ciclicidade.

²⁷ Cf. POLÍBIO, *Histórias*, I, 2, 8, p. 48; I, 35, 9, p. 82; III, 31 e 32, p. 222-4; III, 59, 1, p. 246. POLYBE, *Histoires*, IX, 2, 4, p. 125.

²⁸ Cf. POLYBE, *Histoires*, IX, 1-2, p. 124-5. Breno Sebastiani prefere “colônias” a “emigrações” (SEBASTIANI, “Introdução”, p. 26).

lançar em um trabalho inútil. Já o gênero “pragmático” (ou “político”) sempre foi o mais útil e, por isso, o mais procurado pelos homens de estado, interessados nas histórias de “povos, cidades e príncipes”. Mesmo reduzindo seu público a este grupo restrito de leitores, afirma Políbio, é a este objetivo e conteúdo que as *Histórias* inteiras se dedicam.²⁹

Logo, do quanto nos interessa nesta digressão, pode-se explicar a exclusão de uma abordagem sistemática da questão externa e colonial na obra tendo em conta o gênero historiográfico eleito. Mas a questão extravasa a limitação da moldura literária, como fica claro no livro VI. Com efeito, a teoria da anacitose e do regime misto não divisam a existência de ações e interesses externos que intervenham decisivamente na história do povo modelar – exceto, de modo indireto, via referência às funções bélicas de agentes do quadro da constituição mista. Esta possibilidade só é diretamente aventada em uma metáfora localizada na discussão acerca dos bons regimes singulares e na justificação da compreensão do regime misto romano.

Na referida metáfora, associa-se o corpo político ao ferro e à madeira, a corrupção natural à ferrugem ou aos vermes, e as invasões e disputas estrangeiras ao “dano externo”. Nosso antigo nobre afirma: “a ferrugem é para o ferro, assim como os vermes e cupins são para a madeira, praga natural e congênita, que faz com que esses materiais, *mesmo que escapem de qualquer dano externo*, sejam destruídos por esses agentes que carregam dentro deles”³⁰. A madeira e o ferro sempre podem ser carcomidos por uma *causa externa* (a qual não coincide com a “praga natural” ou “congênita”). Caso ela não sobrevenha, os materiais (a cidade) padecerão dos males que lhes são ínsitos e que correspondem ao processo inevitável e cíclico de corrupção. A metáfora elucida, então, a inevitabilidade da decadência das cidades. Mas de que vale a distinção entre as causas da corrupção, se naturais (congênitas) ou externas?

Guardemos esta questão por um instante e nos atentemos ao exemplo de Roma. Este império, sem dúvida, merece ser estudado pela grandeza e duração que exibiu, afirmação com a qual Maquiavel estará de pleno acordo. Mas, em Políbio, Roma só pode ser exemplar porque, antes de mais nada, cumpriu aquele pré-requisito: manteve-se sem “dano externo”, insubmissa a outros povos do início ao fim – ao menos, até o fim da redação das *Histórias*. O autor afirma que “este modo de explicação pode se aplicar de maneira especial à constituição de Roma, porque ela comporta desde a origem uma formação e um desenvolvimento conforme à natureza”; e, depois, que “de todos os regimes, este aqui [o de Roma] deve, especialmente, tendo em vista sua formação e seu desenvolvimento conforme à natureza desde a origem, sofrer também a mudança em sentido contrário, que é conforme à natureza”³¹. O exemplo romano se mostra relevante à medida que elucida outros dois aspectos da questão. Primeiro, o de que o critério da conformidade natural vale tanto para regimes singulares quanto mistos. Segundo, o de que ele se aplica a cidades imperialistas que, apesar de romperem os ciclos naturais das demais, fazem-no mantendo o seu próprio ciclo intocado.

Mas a questão persiste: se os efeitos do tempo são sabidos (todas as cidades hão de perecer um dia, por mais que se esforcem em sentido contrário), de que vale a conspexção da diversidade de suas causas? Políbio responde se valendo de termos médicos:

²⁹ Cf. POLYBE, *Histoires*, IX, 1-2.

³⁰ POLYBE, *Histoires*, VI, 10, 3 (grifamos).

³¹ POLYBE, *Histoires*, VI, 1, 4, 13; VI, 9, 13.

Que tudo o que existe esteja sujeito ao perecimento (φθορά) e à mudança (μεταβολή), não é preciso dizer; a lei da natureza basta para nos convencer disso. Mas *dos dois processos* pelos quais se realiza naturalmente o perecimento de toda forma política – *um externo, o outro, inerente às cidades mesmas* – *o primeiro não comporta explicação segura, enquanto o segundo tem uma bem determinada*.³²

No entrelaçamento dos argumentos constantes desta citação resta elucidado o motivo da aludida distinção. Sim, todas as cidades hão de perecer um dia, mas o padecimento oriundo de causas internas pode ser compreendido, deslindado e, por isso mesmo, previsto e postergado pela via constitucional. Diferentemente, o definhamento decorrente de “processos externos” não se pode desvendar, perfazendo um fator impoderável. Com efeito, na metáfora do ferro e da madeira, a natureza se organiza a partir de leis universais que se impõem segundo a necessidade. Tais leis gerais, porque produzem fenômenos recorrentes, podem ser empírica e pragmaticamente identificadas. Desse modo, esse conjunto de elementos naturais é passível de conhecimento. Já os eventos externos, eventuais, imprevisíveis e contingentes, não ensejam o saber, pois não são regidos pela necessidade.

Assim, a distinção entre as causas da corrupção – externas ou internas – importa porque delimita o campo de inteligibilidade do fenômeno político. Se retomarmos as três passagens recém citadas veremos o quanto o aspecto explicativo e preditivo que só o saber permite mobilizar delas ressalta.³³ Em outras palavras, a lógica das relações externas, inclusive a colonial, queda excluída da ordem do inteligível, figurando como um continente desconhecido sobre o qual não é possível construir um conhecimento seguro. Diante deste recorte epistemológico, os ganhos da teoria (previsibilidade e universalidade) se assemelham à segurança de uma casca de noz no mar revolto das relações com os demais povos. Isto não escapará a Maquiavel, que vai assumir outro ponto de partida.

Pode-se objetar que Políbio se orgulha de fazer uma história ecumênica, como nunca antes feita³⁴; que ao longo de sua extensa obra o historiador grego aborda fundamentalmente eventos externos, como batalhas e invasões; ou, ainda, o que poderia se mostrar mais problemático, que em uma passagem específica do livro VI, ao tratar do motivo pelo qual Roma venceu Cartago na batalha de Canas, após ver o exército romano ser quase esfacelado, o autor reputa a impressionante vitória ao momento delicado em que Cartago adentrou por conta de uma mudança de estágio do seu ciclo constitucional, em que o povo assumiu o poder deliberativo, assim como pela vantagem da nova fase constitucional romana, em que a aristocracia assumiu este *munus*.³⁵

De nada disto se poderia discordar. Contudo, ao menos quanto ao que restou da obra, seria preciso reconhecer, outrossim, que o historiador não assume as relações entre o que se poderia (anacronicamente) chamar de política externa e interna em objeto investigativo de uma teoria geral da política.³⁶ Embora o domínio estrangeiro se mostre

³² Cf. POLYBE, *Histoires*, VI, 57, 1-2 (grifamos).

³³ Considerem-se algumas das expressões empregadas: “modo de explicação”; “deve (...) sofrer também a mudança”; “explicação segura”.

³⁴ Cf. POLÍBIO, *Histórias*, I, 3, 4; I, 4, 2.

³⁵ Cartago é derrotada porque “o papel preponderante nas deliberações havia retornado ao povo (...), enquanto em Roma o senado ainda o detinha. Como num caso o poder deliberativo pertencia ao povo e no outro à elite, as decisões dos romanos nos negócios públicos eram mais eficazes” (Cf. POLÍBIO, *Histórias*, I, 51, 3-7).

³⁶ E até procure explicar certos desfechos, como a derrota de Cartago (Cf. POLYBE, *Histoires*, VI, 51, 3-8).

presente em diversos livros das *Histórias*, não recebe tratamento propriamente teórico no livro VI, como vimos. Em verdade, o comentário acerca da batalha de Canas reforça a tese de que o autor, ao cabo, recorre somente à causa interna (a *politeia*) para explicar o desfecho do conflito externo. Seu raciocínio avança até a discussão da organização institucional dos elementos, como ele postula, e das virtudes e estratégias militares do modelo romano, porque se encontra aí – na constituição, na forma como se dispõe das funções, dos princípios e das forças da cidade – a principal causa da concórdia e da superioridade de Roma, assim como o fundamento das suas vitórias bélicas.³⁷ Do ponto de vista de Maquiavel, encontra-se aqui o segundo continente desconhecido por Políbio, o do caráter constitutivo – e ele dirá “natural” – dos conflitos civis e da capacidade que eles podem ter de promover ajustes nas ordenações a fim de postergar a corrupção da cidade.

Outras terras e outros mares

Depois de descrever, em seus próprios termos³⁸, o ciclo de regimes proposto por Políbio, no capítulo 2 do livro I dos *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, Maquiavel se afasta da teoria do historiador grego, arguindo que as cidades “raras vezes retornam aos mesmos governos”. O motivo vem apresentado em dois argumentos articulados. Eis o primeiro: “quase nenhuma república pode ter tanta vida que consiga passar muitas vezes por tais mutações e continuar em pé (*rimanere in piede*)”³⁹. Valendo-se de uma metáfora médica, Maquiavel associa o corpo político a um corpo biológico e lembra que as transformações constitucionais, como as mudanças de estado de um ser adoecido, custam a vitalidade finita do organismo. Neste desfecho, a metáfora que não é incomum a Políbio assume outro sentido. Queda implícito que, arruinada a cidade, o reinício do ciclo implicará na fundação de um novo corpo político. Portanto, diferentemente do que entende o nobre de Megalópolis, o renascimento é sempre o nascimento de um outro.

O segundo argumento propõe que mesmo que uma cidade conseguisse atravessar tais reveses, faria-o “faltando-lhe sempre discernimento e forças”, dada a finitude de suas energias, como vimos no argumento anterior, e acabaria “por se tornar súdita (*suddita*) de algum estado próximo que seja mais bem-ordenado que ela”.⁴⁰ Neste ponto, Maquiavel insere a anacitose de Políbio no plano das equações geopolíticas, ou seja, no mapa do mundo real, e sinaliza seus limites. Se a desunião entre as partes da cidade (povo e grandes) podem ensejar a produção de leis em favor da liberdade e a ampliação da sua força militar, os conflitos de caráter destrutivo (as divisões) e o império da licença ou da tirania podem ser facilmente aproveitados por vizinhos expansionistas, como ocorreu com a cidade de Florença sob as

³⁷ Cf. POLÍBIO, *Histórias*, livro I, 1, 5; VI, I, 2, 9-10. Flávia Benevenuto indica que a centralidade da constituição na análise política encontra lastro na tradição helênica e já aparece na *História da Guerra do Peloponeso* de Tucídides (BENEVENUTO, “Políbio, Cícero e a constituição dos romanos”, pp. 71-4).

³⁸ Maquiavel resolve uma inconsistência do texto de Políbio, que é a presença ora de seis, ora de sete regimes (havendo três deles governados pelo “um” – a monarquia, a tirania e a realza); para Maquiavel, quanto aos regimes de “um”, existem apenas principados e tiranias. Além disso, nosso autor substitui as noções de “oclocracia” e “queirocracia” por “licença” (*licenza*).

³⁹ MACHIAVELLI, *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*, I, 2, 24, p. 67. Doravante, *Discorsi*.

⁴⁰ MACHIAVELLI, *Discorsi*, I, 2, 25, p. 67.

investidas do rei da França e dos Visconti de Milão, ou ainda, em suas próprias incursões coloniais contra a cidade de Lucca.⁴¹

Como as Grandes Navegações ou os avanços científicos que geometrizarão o universo⁴², a lógica da política atravessa as fronteiras da cidade e supera o âmbito jurídico. Compreender as dinâmicas dos humores, cuja ação é por vezes extraordinária, e as causas externas da corrupção, assim como os efeitos recíprocos entre elas, é uma exigência para o intérprete da época da alternância de governos republicanos e mediceus, no interior do contexto maior das Guerras Italianas (1494-1559). Disto nos dá mostra, ainda, um texto de 1503 em que o chanceler alerta seus concidadãos acerca dos perigos do cerco de César Bórgia e dos arranjos com o papa e o rei da França Luís XII: “Saíam agora de casa e considerem quem está à sua volta. Vocês se encontrarão entre duas ou três cidades que desejam mais a sua morte que sua vida. Vão além, saíam da Toscana e considerem toda a Itália. Vocês a verão girar sob a órbita do rei da França, dos venezianos, do papa e do Valentino. Passem a considerar o rei (...)”⁴³.

Maquiavel vai além dos mares navegados por Políbio e encontra aqueles dois continentes. Na perigosa aventura que realiza, leva na bagagem a experiência acumulada das missões políticas e diplomáticas da Segunda Chancelaria e o estudo das ocorrências e recorrências do passado nos quais busca a “verdade efetiva das coisas”. Enquanto o florentino Américo Vespúcio, na célebre carta sobre as viagens de 1501 e 1502, afirma que viu “coisas que não estão de acordo com as razões dos filósofos”⁴⁴, seu conterrâneo Maquiavel propõe, com tais fundamentos, uma nova “razão” que abranja as descobertas de um Novo Mundo da política.

A ampliação do campo do inteligível não torna transparente o território da política, mas confere as condições para que se identifiquem caminhos e descaminhos das cidades desprovidas de liberdade. Assim, é apenas com Maquiavel que “o estudo de Roma é a solução do enigma de Florença”⁴⁵ e que, portanto, torna-se possível pensar uma *História de Florença* (ou do Brasil). Para tanto, cumpre considerar as disputas internas, com outros povos, o papa e o imperador. Por isso, no proêmio da referida obra, o autor afirma pretender preencher as lacunas deixadas pelos “excelentes historiadores” Leonardo Bruni e *messer* Poggio que, embora tivessem sido “muitíssimo diligentes na descrição das guerras travadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos estrangeiros” até 1434, calaram “no que se refere às discórdias civis e às inimizades internas, bem como [a respeito de] seus efeitos”. Ele tratará das coisas de fora quanto ao “o que for necessário ao entendimento das de dentro”; quanto aos acontecimentos posteriores àquela data, escreverá “com particularidades ambas as

⁴¹ Ilustra este segundo caso o episódio em que Niccolò da Uzano, voz que Maquiavel assume, tenta convencer os concidadãos a aguardarem que a tirania instalada em Lucca enfraquecesse a cidade por si: “chegaria a um ponto em que o tirano, não a podendo conter, e ela, não sabendo nem podendo governar-se sozinha, necessariamente lhes cairia no colo [*in grembo*]”, isto é, no dos florentinos (Cf. MACHIAVELLI, *Istorie fiorentine*, IV, 19, p. 219-220).

⁴² Cf. KOYRÉ, *Do mundo fechado ao universo infinito*, Trad. Donaldson Garschagen. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

⁴³ MACHIAVELLI, “Parole da dirle sopra la provisione del danaio, facto um poco di proemio et di scusa”, *Tutte le opere*, p. 128.

⁴⁴ VESPÚCIO, “Novus Mundus”, *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*, p. 12.

⁴⁵ BIGNOTTO, *Maquiavel republicano*, p. 82.

partes”⁴⁶. Assim, a história deve ser analisada tendo em vista os eventos internos e externos de cidades livres e não livres.

As leituras divergentes acerca de Esparta e de Roma apontam as distintas perspectivas dos autores. Para Políbio, Esparta teve uma fundação ideal, mas fracassou em função da imoderação dos cidadãos, que pretenderam mais que podiam no âmbito externo, apesar do espírito cordato promovido pela legislação de Licurgo. Já Roma foi fundada pelo acaso, mas se tornou um modelo pela rapidez, longevidade e extensão do império conquistado graças à sua constituição. Como na teoria do historiador grego a liberdade está dada de antemão sob a forma da fundação livre, resta-lhe se preocupar com a adoção da melhor forma constitucional, o regime misto, válido e ideal para Esparta, Roma e todos os povos, em todos os tempos.

Diferentemente, para Maquiavel, tanto a fundação quanto a constituição perfeita são mitos, pois não asseguram a liberdade. Esparta e Roma, apesar de apresentarem regimes mistos, tiveram destinos muito diferentes. Esparta teve uma fundação invejável, fruto da razão de um legislador prudente, mas sua formação fechada não lhe permitiu reagir à necessidade de expansão quando foi preciso. Roma, de outro modo, foi fundada com o auxílio do “acaso”, mas se tornou um exemplo de cidade livre e duradoura, graças aos conflitos que ampliaram a participação popular na política e no exército e ajustaram suas ordenações aos novos tempos. Assim, a opção de Esparta por uma constituição que não conferiu dignidade política ao povo, em nome da harmonia social, tornou-a refém dos seus próprios muros, despreparada para as ações militares estrangeiras. Porque não há ordem fixa para a sucessão de regimes, porque subsiste imensa variação entre as ordenações, os níveis de corrupção, a capacidade de adequação à “qualidade dos tempos” e a forma que os conflitos civis assumem, não há uma receita constitucional única que seja sempre a melhor, para todos. A ordenação virtuosa é a que é capaz de se adequar sempre aos novos desafios.

Embora Políbio defenda o exército de cidadãos (não de mercenários), ele não associa a formação militar à necessidade de vazão dos conflitos civis e de ampliação da cidadania, como faz Maquiavel. Para o florentino, Esparta é cordata, mas suscetível; em contraposição, Roma é tumultuária, mas independente e bem armada pelos cidadãos. Apesar da ironia de Maquiavel, a “opção” entre o modelo de Esparta e o de Roma passa ao largo de uma questão de vontade ou preferência. A cidade bem ordenada, que canaliza os conflitos que a formam, coloca-se no plano das exigências postas pelas estratégias políticas e militares de sobrevivência em um mundo altamente conflituoso, mutante e prenhe de incertezas.

Referências bibliográficas

BARON, H. *The Crisis of the Early Italian Renaissance*. Princeton: Princeton University Press, 1955.

_____. “The Principe and the puzzle of the date of the *Discorsi*?”. In: 1956.

⁴⁶ MACHIAVELLI, *Istorie fiorentine*, proêmio, p. 4.

BENEVENUTO, F. “Políbio, Cícero e a constituição dos romanos”. In: BIRCHAL, T.; THEOBALDO, M. C. *Espaços da liberdade: homenagem a Sérgio Cardoso*. Cuiabá: EdUFMT, 2018, p. 71-92.

BIGNOTTO, N. *Maquiavel republicano*. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

BURCKHARDT, J. *O Renascimento Italiano*. Trad. de António Borges Coelho. Portugal: Ed. Presença; Brasil: Livraria Martins Fontes, 1973.

CARDOSO, S. “A matriz romana”. In: BIGNOTTO, N. (Org.). *Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

_____. “Em direção ao núcleo da ‘obra Maquiavel’: sobre a divisão civil e suas interpretações”, *Discurso*, v. 45, n. 2, 2015, pp. 207-248.

_____. “Sobre a civilização do Renascimento”. In: PINTO, F.; BENEVENUTO, F. (Orgs.). *Filosofia, política e cosmologia*. Ensaios sobre o Renascimento. São Bernardo do Campo: Ed. UFABC, 2017, pp. 17-32.

_____. “Maquiavel: o distanciamento dos paradigmas antigos do ‘regime misto’”. In: ADVERSE, H.; PANCERA, G. (Orgs.). *As faces de Maquiavel*, 2020, pp. 61-76.

GILBERT, F. “The Composition and Structure of Machiavelli's Discorsi”. In: *Journal of the History of Ideas*, Jan. 1953, Vol. 14, No. 1, Jan. 1953, pp. 136-156.

HEXTER, J. H. “Seyssel, Machiavelli, and Polybius VI: the Mystery of the Missing Translation”. In: *Studies in the Renaissance*, Vol. 3, 1956, pp. 75-96.

IANZITI, G. “Between Livy and Polybius: Leonardo Bruni on the First Punic War”. In: *Memoirs of the American Academy in Rome* (University of Michigan Press), vol. 51-52, pp. 173-197, 2006-2007.

MACHIAVELLI, N. *Discorsi sopra la prima Deca di Tito Livio*. Introduzione di Gennaro Sasso. Premessa al texto e note di Giorgio Inglese. Milano, BUR, 2013.

_____. *Istorie fiorentine*. Ed. di riferimento: *Tutte le opere*, a cura di Mario Martelli, Sansoni, Firenze, 1971. Einaudi, s/d.

_____. “Parole da dirle sopra la provisione del danaio, facto un poco di proemio et di scusa”. In: *Tutte le opere*, a cura di Michele Ciliberto e Pier Davide Accendere, secondo l'edizione di Mario Martelli (Sansoni, 1971). Firenze: Bompiani, 2018, pp. 126-131.

MOMIGLIANO, A. “Polybius' reappearance in Western Europe”. In: *Polybe*. Fondation Hardt. Entretiens, XX, 1974, Genève, pp. 345-372.

MONFASANI, J. “Machiavelli, Polybius, and Janus Lascaris: the Hexter Thesis Revisited”, In: *Italian Studies*, 71:1, pp. 39-48, 2016.

NICOLET, C. “Polybe et les institutions romaines”. In: *Polybe*. Fondation Hardt. Entretiens, XX, 1974, Genève, pp. 209-258.

POCOCK, J. G. A. *The Machiavellian Moment*. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition. Princeton: Princeton University Press, 1975.

POLÍBIO. *História pragmática*. Livros I a V. Tradução, introdução e notas de Breno Battistin Sebastiani. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2016.

POLYBE. *Histoires*. Livre VI. Texte établi et traduit par Raymond Weil avec la collaboration de Claude Nicolet. Paris: Les Belles Lettres, 1977.

_____. *Histoires*. Livres VII, VIII et IX. Texte établi et traduit par Raymond Weil. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

SEBASTIANI, B. B. “Introdução”. In: POLÍBIO. *História pragmática*. Livros I a V. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2016, pp. 17-44.

VIVANTI, Corrado. *Niccolau Maquiavel: nos tempos da política*. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

WHITFIELD, J. H. “Discourses on Machiavelli VII Gilbert, Hexter and Baron”. In: *Italian Studies*, 13:1, 1958, pp. 21-46.

WALBANK, F. “The Manuscripts of Polybius”, *The Classical Review*, vol. 17, no. 2, Cambridge University Press, 1967, pp. 151–53.